

“FAMÍLIAS”, ASCENSÃO SOCIAL E ALINHAMENTOS PARTIDÁRIOS NO RIO GRANDE DO SUL

IGOR GASTAL GRILL*

Apresentação

Os vínculos de parentesco entre políticos, assim como a constituição e os usos de “heranças familiares” no espaço de concorrência eleitoral, são aspectos tidos como próprios de domínios “tradicionais”, “oligárquicos”, “arcaicos”, “residuais”, etc. por boa parte das interpretações produzidas nos “mundos” da política, da mídia e da intelectualidade. Além disso, prevalecem no senso comum e no senso comum intelectual imagens de grupos familiares permanentes, unidos e coesos mobilizados para perpetuar sua dominação política. Por fim, tais laços e lógicas de sucessão são usualmente tomados como sintomas ou indícios da ausência e ineficácia das instituições (sobretudo dos partidos) como critério de identificação e como mecanismo de produção de alinhamentos.

O artigo ora apresentado, ao contrário, visa refletir sobre a centralidade de laços de parentesco no universo da competição política à luz: 1) da dinâmica

RESUMO

A pesquisa examina a dinâmica de constituição de patrimônios políticos e as modalidades de sua transmissão e apropriação por agentes inscritos em “famílias” e partidos no Rio Grande do Sul. As dimensões de estudo privilegiadas neste artigo referem-se às estratégias empregadas pelos agentes de valorização e de “resgate” das diferentes “tradições políticas” neste estado, de reprodução do capital político, de celebração de seus “fundadores”, de gestão da memória e de uso do “legado”. Foram apreendidos as práticas, os códigos, os mecanismos e os instrumentos de apresentação e consagração das “famílias de políticos”.

Palavras-chave: elites, família, partidos.

ABSTRACT

The present research examines the dynamics and development of a political heritage frame and the ways and means by which it is transmitted and assumed by agents belonging to political families and parties. The study dimensions privileged in this paper encompass strategies employed by agents acting for the appreciation and “recovery” of the various “political traditions” of Rio Grande do Sul, the reproduction of political capital, the celebration of their “founders”, and the management of their memory and “legacy”. Special emphasis was given to practices, codes, mechanisms and instruments for the presentation and celebration of the “political families”.

Keywords: elites, family, parties.

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMA. Doutor em Ciência Política pela UFRGS. igorgrill@terra.com.br

de diversificação social observada no estado do Rio Grande do Sul ao longo do século XX; 2) dos efeitos de fusão e fissão que as estratégias de reprodução produzem nas “famílias de políticos”; 3) da utilização das siglas partidárias como expediente, por um lado, para promover a inscrição dos políticos e de suas “famílias” na história política estadual, para orquestrar a divisão dos papéis entre os membros, para reunir o séquito de seguidores e aliados e para demonstrar a “unidade”; por outro lado, para equacionar a “divisão” do “patrimônio coletivo”, as bifurcações em termos de profissões e setores de atuação e as adesões faccionais ou ideológicas contrastantes.

Serão, então, privilegiados no texto segmentos marcados pela ascensão social, e pela reconversão do patrimônio econômico em capital político, os descendentes de imigrantes que formaram “famílias de políticos”. Como tais, construíram rivalidades e entabularam alianças com segmentos designados como

“tradicionais”, e são vistos como forças de transformação da estrutura social e de diversificação do espaço político regional. O foco recai, pois, sobre os movimentos e as estratégias com vistas à afirmação, às sucessões, às distinções e às aproximações, enfim, a lógica processual dos conflitos, das rupturas e das adesões dos quais participaram.

Logo, alguns fatores de estruturação do universo político em pauta podem ser desde já apresentados¹. Em primeiro lugar, constata-se que as transformações sociais (ascensão de novos segmentos, sobretudo descendentes de “imigrantes”), políticas (realinhamentos políticos e valorização das siglas partidárias) e demográficas (crescimento populacional da chamada “metade norte” e, conseqüentemente, das “zonas coloniais”), ao longo do século XX, possibilitaram a diversificação do perfil da “elite política” gaúcha e, conseqüentemente, de “famílias de políticos” que coabitam no espaço político estadual. Dito de outro modo, o ingresso de novas camadas sociais não significou a perda da importância deste vínculo de parentesco nas disputas eleitorais, mas a reconfiguração de recursos e repertórios de identificação na disputa política e associados aos grupos familiares. Em segundo lugar, como decorrência desta variação, ocorre o conflito entre princípios de legitimação e critérios de “excelência social” presentes na afirmação de agentes na competição eletiva e da associação entre ascendentes e descendentes na constituição de “heranças”². Em terceiro lugar, tal conflito se traduz em padrões de carreiras, em prescrição de papéis políticos e estabelecimento de vínculos com seguidores ou eleitores díspares, de acordo com a posição social de origem, mas igualmente passíveis de transmissão e apropriação no meio familiar. Em quarto lugar, os partidos políticos, ao contrário de constituírem contrapontos à sucessão familiar, atuam como um veículo de transmissão, de legitimação e gestão da memória familiar, assim

como incorporam os princípios hierárquicos de ordenação social e a linguagem (por meio de metáforas referentes ao parentesco) do universo familiar no seu funcionamento interno e nas dinâmicas de seleção de seus quadros.

A combinação de um cenário de mudanças sociais, de exaltação de partidos ou de filiações ideológicas como características que seriam ímpares deste estado e de persistência da transmissão de posições e recursos políticos no interior de “famílias” permitiu testar algumas diretrizes de pesquisa³. Uma rápida revisão dos referenciais que inspiraram a pesquisa pode esclarecer o enfoque adotado.

Acredita-se que as “famílias” funcionam como estruturas informais do sistema político que são intersticiais, paralelas e suplementares às estruturas formais (institucionais) e, como tais, fornecem trunfos com potencial de complementaridade, de distinção, de reforço e de compensação em relação aos meios de luta conquistados em organizações centrais (Estado, partidos, legislativos, etc.). Do mesmo modo, são capazes de cumprir múltiplas funções como: aproximar parentes (ligados por laços de consangüinidade e aliança); conectar círculos de parentes (via alianças matrimoniais e sociabilidades compartilhadas); prover econômica, sexual e afetivamente seus membros; promover a socialização; e condensar a reputação, honra ou crédito social coletivo. Sem deixar de mencionar que significam promessas de relações de confiança e de cooperação em situações nas quais as leis ou regras impessoais são vistas como arriscadas, desvantajosas ou perigosas, logo, caracterizadas pela incerteza (WOLF, 2003).

Em outros termos, as “famílias” constituem o *lôcus de reprodução*, pois são capazes de orquestrar um conjunto de estratégias (de fecundidade, profiláticas, de sucessão, educativas, matrimoniais, de sociodi-céia, enfim, de investimentos em capital simbólico,

econômico, cultural e social), que formam um sistema de funções interdependentes, compensatórias e cronologicamente articuladas. O peso das diferentes modalidades de estratégias de reprodução varia segundo o grau de objetivação dos capitais em cada contexto, os patrimônios a transferir pelos grupos familiares e os mecanismos de reprodução disponíveis (mais ou menos institucionalizados) em cada sociedade (BOURDIEU, 1994).

Por fim, o pertencimento às “famílias de políticos” e a associação aos “nomes de famílias” contribuem decisivamente para as *condições de elegibilidade*. Isto é, por meio dessas vinculações determinados agentes são localizados em tecidos relacionais de posições e “posicionalidades” (desvios, distinções, aproximações, afastamentos), se inscrevem na memória política dos “territórios”⁴ que buscam representar (ligando-se a referências e simbologias compartilhadas da história política do estado, da “região”, dos municípios⁵, das localidades, da etnia, da religião, dos partidos, etc.) e retiram créditos para exercer a mediação política (ABÉLÈS, 1989). A mediação assume uma tripla acepção: 1) a de “intérprete” do passado com vistas à tomada de posição no presente e ao esforço de se constituir como “porta voz” de “projeto de sociedade”; 2) de ligação entre a “parte” e o “todo”, de preenchimento de *gaps*, de “embaixador” de demandas, de intermediário junto às instituições centrais; e 3) de capacidade de trânsito entre esferas, e de composição de linguagens e repertórios diversificados de atuação.

Tendo isso presente, é possível romper com uma série de representações nativas compartilhadas por estudiosos da política no Brasil e, mais especificamente, acerca de parentesco e partidos políticos. A partir delas as disputas entre “famílias” são concebidas como sinônimo de uma “guerra permanente” entre unidades fixas, acentuando a rigidez independentemente de qualquer calendário como o eleitoral, não

deixando, contudo, de registrar “divisões de grandes famílias”, “alianças (via casamento, por exemplo) entre famílias inimigas, ou, muito antes de qualquer ‘crise da representação’, exemplos de infidelidade partidária e de mobilidade interpartidária” (PALMEIRA, 2010, p. 17). Tal fato se apóia, por sua vez, numa associação propagada entre família e união (organização ou ordem), política e divisão (conflito ou desordem), respectivamente, que chega, em casos de extrapolação das clivagens internas em concorrência política, a ser lido como sinais de desonra ou algo que depõe contra a reputação coletiva (PALMEIRA e HEREDIA, 2010). Ou em outro extremo, a distribuição dos membros de uma mesma “família” em siglas distintas ou inclusive antagônicas no espectro de distinções ideológicas, sendo imediatamente associada ao cálculo consciente e aos dividendos eleitorais que o “grupo” retiraria disso.

Afirmção social, usos do parentesco e estratégias de legitimação entre “descendentes de imigrantes” no Rio Grande do Sul

Em uma pesquisa mais ampla, um estudo sobre padrões de seleção de deputados federais eleitos entre 1945 e 2006 no Rio Grande do Sul (GRILL, 2008), foram cotejados dados relativos aos perfis sociais (profissão, grau de escolarização, instituição de obtenção de títulos universitários, etc.) e aos trajetos políticos (cargo e idade de ingresso na carreira de postos eletivos e políticos, tempo de carreira e número de candidaturas) de 200 deputados federais (pesquisando diversos repertórios biográficos, principalmente a publicação do CPDOC – FGV; ABREU, 2001). Concomitantemente, considerou-se, para uma população mais restrita, o *background* social (posição social de origem ou atividades desempenhadas pelos ascendentes no período que precede o ingresso da

“Famílias”, ascensão social e alinhamentos partidários...

“família” nas disputas eleitorais) de 93 parlamentares gaúchos (via biografias e entrevistas em profundidade). De forma complementar, em relação a 24 parlamentares, foram analisadas (mediante entrevistas em profundidade) as concepções acerca da atividade política e os trunfos utilizados para a celebração da “família”.

Por meio do exame dos perfis e itinerários dos agentes, associando-os aos dados sobre os ascendentes, foi possível identificar três padrões de afirmação social, bem como de acesso, especialização e

reprodução no espaço político. O primeiro abarca os “descendentes” das “famílias mais tradicionais”, estabelecidas social e politicamente desde o século XIX e início do século XX. O segundo reúne os deputados egressos de “famílias” marcadas por uma “ascensão social” significativa na primeira metade do século XX, com presença preponderante de “descendentes de imigrantes” (foco primordial deste artigo). E o terceiro congrega os casos de ascensão política a partir de origens sociais mais baixas, calcada na atuação militante em diversos espaços.

Quadro 1 – Modalidades de afirmação e reprodução políticas

Características/ padrões	“Tradicional”	“Ascensão social”	“Militância”
Perfil dos ascendentes	Pertencentes às elites econômicas, políticas e sociais estabelecidas desde o século XIX (fazendeiros, comerciantes, altos funcionários públicos e militares).	Comerciantes ligados ao processo de imigração que ascenderam e tornaram-se prósperos empresários.	Baixa extração social ou origem humilde (pequenos agricultores, pescadores, lavradores, metalúrgico, pedreiro etc.).
Período de ingresso do grupo familiar na política eletiva	Antes de 1930.	1930-1970 (especialmente na redemocratização iniciada em 1945).	Pós-1959 (especialmente nas três últimas décadas).
Padrão de formação escolar	Diplomas em Medicina, Direito e Engenharia, conquistados em instituições públicas.	Diplomas em Medicina, Direito e Engenharia, conquistados em instituições públicas e comunitárias na capital.	Maior diversificação dos títulos escolares obtidos em instituições públicas, privadas e comunitárias da capital, e públicas, privadas e comunitárias do interior.
Padrão de ingresso na carreira política	Cargos eletivos e públicos.	Majoritariamente por cargos eletivos.	Cargos eletivos.
Padrão de ingresso na carreira eletiva	Deputação federal.	Vereança e prefeitura.	Vereança.
Estratégias de consagração do grupo familiar	Ênfase na vinculação com o passado mítico de lutas militares e políticas. Referências de síntese da “vocaçã política” = idéia de possuírem uma “vocaçã” para a “coisa pública”, pretensamente atestada por atributos naturalizados como: “formaçã”, “preparo”, “cultura”, “erudiçã”, “conhecimento”, “poder argumentativo”, “tradiçã de estudo”.	Ênfase nas condições adversas dos pioneiros imigrantes e no trajeto excepcional ascendente da família. Referências de síntese para justificar a “vocaçã política” = “vocaçã” para o “empreendedorismo” e para o “trabalho comunitário”, atestada por atributos naturalizados como: “capacidade de trabalho”, “capacidade de comunicaçã”, “audácia”, “vivência empresarial”.	Ênfase na “precariedade”, na “humildade” e na “carência” que marcaram os “antepassados” do primeiro político e na excepcionalidade do trajeto de afirmação política. Referências de síntese para justificar a “vocaçã política” = “missã”, “predestinaçã” e “obstinaçã”, atestadas pela “superaçã” via engajamento.

Fontes: Repertórios biográficos, biografias e entrevistas em profundidade.

É possível observar o peso dos diferentes padrões associando os parlamentares às modalidades de afirmação social e de fixação na política.

Considerando a posição social de origem (pelo lado paterno) de 93 deputados, constata-se que 22 são egressos de grupos familiares ligados ao “mundo da estância” (“famílias tradicionais” ligadas ao primeiro padrão); 43 de segmentos que ascenderam social e politicamente na segunda metade do século XX, a partir de atividades comerciais (na sua maioria, empreendidas por imigrantes alemães, italianos, sírios e libaneses e descendentes); e 22 ingressaram na arena eletiva a partir de uma “origem humilde”.

No tocante ao momento de ingresso das “famílias” na arena eletiva, cabe destacar que entre os parlamentares, 24 deles pertencem a “famílias” que debutaram no desempenho de cargos eletivos antes do Estado Novo; 46 estrearam no período de 1945 a 1966; 8, no decorrer dos anos de 1967-81; e 15 “famílias” iniciaram sua inserção depois das eleições de 1982.

Considerando ainda aqueles parlamentares para os quais se dispõe do conjunto das informações (dados sobre ascendentes, momentos de ingresso da “família” na arena de ocupação de cargos eletivos, profissão, escolarização, local de escolarização e carreiras), evidencia-se que os mesmos podem se aproximar mais de um ou de outro padrão, em momentos distintos.

Tomando os parlamentares que atuaram no Congresso Nacional entre 1945 e 1966, é possível relacionar, em linhas gerais, 10 deputados ao primeiro padrão, 8 ao segundo padrão, e apenas 2 ao terceiro. Observando aqueles que ocuparam o cargo de deputado federal entre 1967 e 1982, 6 casos aproximam-se do primeiro padrão, 12 do segundo, e 6 do terceiro. Por fim, examinando os deputados federais do período recente (iniciado com os parlamentares eleitos em

1982 sob a reorganização partidária), encontram-se, 10 deputados ligados ao primeiro padrão, 34 ao segundo, e 19 ao terceiro.

A aproximação dos deputados a determinados padrões em cada momento permite algumas considerações pertinentes. Em primeiro lugar, corrobora-se a importância da ascensão política (no período compreendido entre 1945-64) de segmentos até então *outsiders*, principalmente dos “descendentes de imigrantes”, que passavam a coabitar o espaço político com grupos familiares mais “tradicionais”. Em segundo lugar, afirma-se a escalada de políticos oriundos de camadas mais baixas da hierarquia social (no último período), apontando para a valorização e consolidação de novas arenas de inserção como “viveiros” de novos quadros parlamentares, tais como os sindicatos, o movimento estudantil, as igrejas, e até mesmo as próprias organizações partidárias⁶.

“Família”, coesão e divisão partidária

Os padrões de continuidade e de descontinuidade partidária, assim como a distribuição entre as siglas dos candidatos a deputado, estão no centro da atenção neste momento. O material apresentado faz parte de um outro estudo, igualmente mais amplo, que analisou 166 candidatos a deputado estadual e federal que concorreram entre 1982 e 2002, no Rio Grande do Sul, e possuem parentes que ocuparam cargos eletivos (GRILL, 2003). Esses foram classificados conforme a sua filiação na última eleição em que concorreram. E para a caracterização dos alinhamentos tomou-se o conjunto de políticos dos grupos familiares aos quais pertencem, observando se estes se encontram situados ou não nos mesmos pólos partidários.

Os pólos partidários dizem respeito aos padrões de continuidade e descontinuidade que, por sua vez,

“Famílias”, ascensão social e alinhamentos partidários...

referem-se aos alinhamentos políticos em questão a partir de 1945. Assim, parte-se da divisão consagrada entre “PTB/anti-PTB” (PSD, UDN, PL), da sua rearticulação em MDB e Arena, e da sua re-configuração, com o pluripartidarismo, entre PMDB, PTB, PDT, PPS, PSB e PT, de um lado, e PPB-PP e PFL-DEM[PDS não entra?], de outro lado, para verificar a recorrência das continuidades e das descontinuidades ao longo das gerações. Mais do que recolocar uma recorrente discussão sobre a “secular bipolarização da política gaúcha”, utiliza-se esta tipologia para mapear processos sociais que envolvem a gestão da coesão ou a explicitação do conflito no interior destas

“famílias” atuantes politicamente e a divisão partidária sul-rio-grandense.

Foram classificados como “alinhados” aqueles candidatos oriundos de “famílias” que, ao longo do período em que seus membros competiram eleitoralmente, permaneceram em um dos pólos. Por sua vez, foram classificados como “desalinhados” aqueles descendentes de “famílias” em que no seu interior membros de gerações diferentes deslocam-se de um pólo ao outro, ou em que as divisões políticas entre seus membros na mesma geração estiveram representadas por pólos antagônicos.

Quadro 2 – Distribuição por partidos e padrões de alinhamento

Partidos	N.º de candidatos que possuem parentesco com outros políticos	% sobre o total	Alinhamento ideológico entre os políticos das “famílias”			
			Alinhados	%	Desalinhados	%
PPB	21	13	15	9	6	3,6
PMDB	34	20	22	13,2	12	7,2
PTB	19	11,5	17	10,2	2	1,2
PFL	3	1,5	2	1,2	1	0,6
PDT	36	21,5	30	18	6	3,6
PT	25	15	21	12,6	4	2,4
PCdoB	1	0,8	0	0	1	0,6
PPS	8	5	7	4,2	1	0,6
PSB	6	3,5	4	2,4	2	1,2
PV	2	1,2	2	1,2	0	0
PSDB	9	5,5	6	3,6	3	1,8
PL	1	0,8	1	0,6	0	0
PHS	1	0,8	0	0	1	0,6
Total	166	100	127	76,5	39	23,5

Fontes: Entrevistas e repertórios biográficos

Neste caso, grifa-se que a ocorrência de candidatos com laços de parentesco com outros políticos não se concentra em nenhuma sigla partidária e, em linhas gerais, fortalece sua incidência conforme a força

dos partidos no estado. Afora isto, outro elemento a ser destacado é que, ao contrário do que uma leitura mais apressada poderia supor, este não é um fenômeno ligado a partidos situados à “direita”, tampouco é

menos presente em partidos situados mais à “esquerda” do espectro ideológico.

No tocante aos alinhamentos partidários, destaca-se no quadro 2 o número de candidatos participantes de “famílias alinhadas” (padrões PTB→MDB→PMDB, PDT, PTB, PPS, PT ou PSD, UDN, PL→Arena→PPB-PP, PFL-DEM) que somam 127 casos ou 76,5% do total. Um primeiro procedimento, então, é observar, através de um número significativo de casos, a administração ao longo do tempo desta durabilidade de filiações. Tal encaminhamento talvez seja uma das maneiras de desvendar prováveis interferências entre reivindicações de “tradições familiares” e “partidárias” ou “ideológicas”. Entretanto, não se pode desconsiderar que esta tipologia esconde no seu interior fraturas, tão ou mais “conflitantes”, que as que podem ser identificadas nas divisões ou deslocamentos entre os dois pólos. Casos em que irmãos se repartem entre siglas originárias de uma mesma matriz e passam a dividir redutos eleitorais, ou em que pais e filhos tomam trajetórias partidárias diversos e reivindicam a mesma “tradição ideológica”, são ilustrativos disso.

Apesar de menos numerosos, somando 39 candidatos (23,5 % do total dos casos) o outro padrão não é menos revelador de lógicas de gestão do patrimônio político familiar. “Famílias” divididas entre membros de dois pólos ao longo de décadas (como as “famílias” Guazelli, Nedel e Carrion); “famílias” que se deslocaram de um pólo ao outro (como os grupos familiares do ex-deputado Clóvis Ilgenfritz da Silva: PSD→PT, e do deputado federal Mendes Ribeiro Filho: Arena→PMDB); ou deslocamentos de uma geração para outra (como os efetuados por Luiz Fernando Zachia: filho de deputado do PDC, e deputado pelo PMDB; por Frederico Antunes: neto de ex-deputado pelo PTB, e deputado pelo PPB; ou ainda por Ciro Simoni: filho de uma vereadora pela UDN, e

deputado pelo PDT) são provas disso. Revelam, pois, as combinações entre notoriedades dos grupos familiares, divisões políticas, transmissão de clivagens intra-familiares e a divisão de papéis no interior do grupo familiar, bem como deslocamentos entre siglas condicionados por novas configurações sociais e políticas. As lógicas que presidem estes movimentos permitem apreender as transformações do espaço social e dos condicionantes da participação política de uma geração para outra.

Na distribuição destes padrões entre as siglas não se observa nenhuma variação significativa. E, no conjunto de casos, algumas matizes merecem destaque, notadamente no que toca aos partidos com maior expressão eleitoral (PMDB, PT, PTB, PPB-PP e PDT). A sigla que apresentou maior número de casos provenientes de grupos familiares desalinhados foi o PMDB, fato que pode ser explicado pela sua posição ao centro do espectro político-partidário. Assim, a sigla abriga descendentes de líderes do antigo PTB que militaram também no MDB como o ex-deputado Carlos Giacomazzi (filho e irmão de ex-deputados pelo PTB); descendentes de líderes do antigo Partido Democrata Cristão e da Arena como o deputado estadual eleito em 2002, Luiz Fernando Zachia (filho do ex-deputado Alexandre Zachia); até descendentes de líderes do antigo Partido Social Democrático e da Arena, como o ex-deputado Néelson Jobim (neto e filho de deputados pelo PSD). No entanto, mesmo a sigla abrigando o maior número de candidatos provenientes de grupos familiares marcados pela descontinuidade, prevalece o padrão de continuidade (22 casos contra 12). Entre os 12 candidatos classificados como provenientes de “famílias” desalinhadas ideologicamente, 3 vêm de grupos familiares com origem no PDC, 3 no PSD, 3 na Arena, 1 na UDN e 3 de “famílias” divididas desde a origem.

O Partido dos Trabalhadores, fundado em contraposição às antigas correntes partidárias, abriga no seu interior, por um lado, descendentes de trabalhistas como Tarso e Luciana Genro (esta migrou recentemente para o PSOL), ambos descendentes de Adelmo Genro, líder do PTB em São Borja e Santa Maria; e Marcos Rolim (neto e sobrinho de líderes trabalhistas em Santa Maria); e, por outro lado, descendentes do antigo PSD e da Arena como Clóvis Ilgenfritz da Silva (filho de um Prefeito e líder do PSD de Ijuí) e Maria Luiza Jaeger (filha de um ex-deputado pelo PSD). Ainda sobre o PT, cabe sublinhar que mesmo as lideranças sem vínculos familiares com os partidos existentes anteriormente acabaram formando sucessores no interior da “família”, como é o caso do ex-deputado federal e senador Paulo Paim (o filho se elegeu vereador na cidade de Canoas, o principal reduto de Paim) e do deputado estadual Elvino Bohn Gass (um dos irmãos se elegeu prefeito na cidade de origem e outro é presidente do diretório municipal do PT de Porto Alegre).

O Partido Trabalhista Brasileiro congrega nas suas nominatas candidatos descendentes de lideranças do antigo Partido Trabalhista Brasileiro (pré-64). Alguns casos como a “família” do candidato Alfredo Scherer Neto (neto de um ex-prefeito e líder do PTB de Venâncio Aires, filho de um ex-vereador pelo PTB e deputado estadual pelo MDB e PMDB), do ex-deputado Marcelo Mincarone (neto e filho de dirigentes e deputados do PTB de Bento Gonçalves), dos deputados estaduais Iradir Pietroski, Abílio dos Santos e do ex-deputado estadual e federal Caio Riela (os três filhos de vereadores pelo antigo PTB) mostram que a legenda foi escolhida pela potencialidade de ligação com o passado. Nestes casos, devido às dissidências dessas “famílias” com o PMDB ou com o PDT, há uma migração para uma legenda nova no estado, mas

com forte apelo e capacidade de ativar pontes com a “história familiar”⁸.

O PPB possui 6 candidatos classificados entre os “desalinhados”, os 15 demais são membros de “famílias” que concentram sua atuação nas siglas do PSD, UDN, PDC, PL, Arena e PPB-PP (nenhum no PFL-DEM). Entre os 6 participantes de grupos familiares não alinhados, 4 dividem-se entre membros de uma mesma geração e dois conformam deslocamentos operados de uma geração para outra. São os casos: do deputado estadual Frederico Antunes, cujo avô paterno foi deputado estadual, secretário de estado e presidente do BNDES, pelo PTB, e o tio candidato a deputado estadual pelo PDT; e do candidato a deputado estadual em 1986, Élbio Abreu, que foi vereador por 5 legislaturas em Pelotas, pela Arena e pelo PDS/PPB, é neto de líderes e prefeitos do PSD em Erval e tem um filho, Eduardo Abreu, que foi vereador em Pelotas e candidato a deputado estadual pelo PSB.

Finalmente, o PDT conta com a maior quantidade de casos provenientes de “famílias alinhadas”. A construção de uma *genealogia simbólica* em torno da bandeira do trabalhismo e a edificação de ícones (Getúlio Vargas, Alberto Pasqualini, João Goulart e Leonel Brizola) que compõem a sua história faz com que em nenhuma outra sigla o trabalho de memória e a valorização das origens dos candidatos estejam tão presentes⁹. Alguns exemplos podem ser elencados, tais como: os deputados Gerson Burmann (filho de prefeito e sobrinho de prefeito e deputado estadual e líderes trabalhistas em Ijuí), Airton Dipp (filho de prefeito, deputado e líder trabalhista em Passo Fundo) e João Vicente Goulart (filho do ex-presidente da República e presidente nacional do PTB, João Goulart); ou os candidatos Romildo Bolzan Júnior (filho do ex-deputado e prefeito de Osório, Romildo Bolzan), Carlos Chaise (filho do ex-prefeito de Porto

Alegre e ex-deputado estadual Sereno Chaise), Uil Dias (filho do ex-deputado Getúlio Dias) e Adriane Rodrigues (filha do ex-prefeito de Pelotas, Anselmo Rodrigues), entre outros.

A seguir, são apresentados dois casos exemplares de “famílias de políticos” que se notabilizaram, respectivamente, pela “unidade” ou pela “divisão” entre os seus membros nas lutas políticas. Serão cotejados as estratégias de afirmação social e política, a ativação de um capital simbólico ligado aos “nomes de família”, os efeitos da configuração/reconfiguração do espaço político em seus redutos mais importantes, os deslocamentos entre siglas e as justificações dos agentes para as adesões a partidos com base na história política da “família” e no esforço de associação com antepassados.

Os Scherer

Os políticos da “família Scherer” se notabilizaram pelo acúmulo de sucessos eleitorais ao longo da segunda metade do século XX. Atuantes no município de Venâncio Aires, estiveram à frente do Executivo municipal por aproximadamente vinte e quatro anos (entre 1952 e 2002) e definiram os sucessores para outros dez anos de gestão na prefeitura. Afora isto, contaram com um deputado estadual em quatro legislaturas e ocuparam o Legislativo municipal em duas ocasiões.

Em 1951, aos 40 anos, Alfredo Scherer dá início à “tradição política-eleitoral”. Filho homem mais velho de um comerciante rural e pequeno proprietário – que já possuía uma liderança local no distrito de Palanque –, assumiu os negócios da “família” aos 14 anos de idade, com a morte do pai. A partir da administração do “bolichão da família”, Alfredo Scherer expandiu as atividades de agricultura e comércio e destacou-se no ramo da erva-mate.

A apresentação do seu perfil, feita por uma historiadora e secretária municipal de educação em uma das gestões do seu filho, Glauco Scherer, como prefeito, é reveladora dos efeitos do sucesso econômico para a inscrição do personagem na história local e para a heroicização do “fundador” da “família de políticos”:

O prefeito Scherer é descendente dos primeiros imigrantes alemães que se radicaram em Rio Pardinho, daqueles pioneiros que deixaram seus parentes, irmãos e amigos, para aqui se aventurarem e com seus conhecimentos auxiliarem outra terra [...]. Destinado a permanecer na linha Palanque, deu início a uma atividade que prometia ser rentável, a industrialização e comercialização da erva-mate, cuja tradição até hoje honra Venâncio Aires [...]. Jovem ainda, mas com uma vontade de vencer, Alfredo dedicou-se à sua incipiente indústria, na qual a sua atividade precoce lhe trouxe experiência e maturidade para a vida. (DIETRICH, 1980, p. 12-14).

Casou com uma descendente de alemães e filha de agricultores e criadores (médios proprietários). Sua liderança local acompanhou a aquisição de destaque econômico. Ainda antes de concorrer ao primeiro cargo eletivo, ocupou cargos públicos “não-remunerados”, como comissário ou inspetor de polícia e delegado da zona rural, e foi “festeiro” da Festa de São Sebastião Mártir. Importante cabo eleitoral na “região” de políticos com “origem alemã” e ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro, principalmente Sigfried Heuser, Alfredo Scherer foi por eles apoiado na sua primeira disputa eleitoral. Assim, em 1951, se elegeu prefeito, ocupando o posto até 1955. Retornou nas eleições de 1959 (ano em que seu filho, Gleno Scherer, se elegeu vereador com 27 anos) e permaneceu até 1963. Após as duas gestões pelo PTB,

se filiou ao MDB (acompanhando Sigfried Heuser e seu cunhado, Pedro Simon, que comandaram a sigla durante o regime militar)¹⁰ e, em 1968, disputou novamente à Prefeitura, obtendo sucesso e administrando o município até 1972. Em 1976, concorreu mais uma vez, cumprindo o seu mandato mais longo (1977-1982).

Alfredo Scherer conseguiu se firmar como uma das principais lideranças do município. Por meio do cultivo de redes de apoiadores (que incluíam vínculos pessoais, lealdades cultivadas via atendimento, identificação étnica, laços profissionais, elos religiosos e apoios partidários), ele estruturou sua liderança política. A repetição e o acúmulo de vitórias eleitorais contribuíram ainda para a edificação da sua reputação local sustentada pelo caráter “vitorioso” do seu percurso nos dois terrenos: pessoal e político. Os trechos de entrevista reproduzidos a seguir sinalizam para a reputação da “família”, o “nome de família” como catalisador do capital simbólico e a configuração de uma rede de apoiadores transferida de forma inter-geracional:

O pessoal diz: ‘Ah, sendo filho do Scherer, sendo Scherer, nós votamos no Scherer’. Então pra nós é bom ter esse nome Scherer. A gente sempre tem amigos que... Corregilionários daqueles firmes, sempre do nosso lado. Não nos abandonam nunca. Muitos trocaram de partido com a gente, outros ficaram no partido de origem, mas votam nos Scherer (entrevista com Glauco Scherer).

Com certeza nós temos um conceito formado lá dentro da nossa cidade, dentro da nossa região, dentro do nosso estado, e até posso dizer dentro do nosso país. O nosso conceito na política é muito bom. É uma

tradição de 3 gerações, que eu sou a terceira geração da família Scherer (...). Um trabalho que se fez já durante 50 anos de mandatos públicos, de prefeito, vice-prefeito, vereador e deputado, que a minha família tem na comunidade e que as pessoas valorizam e identificam na gente. (...) a tradição política da minha família foi decisiva pra receber o apoio que eu recebi disputando depois de 20 anos afastado do município, disputando uma eleição pra deputado estadual e conseguindo fazer, ser o segundo candidato mais votado no município. (entrevista com Alfredo Scherer Neto).

As eleições municipais de 1976 abriram o processo de sucessão na facção¹¹ política controlada por Alfredo Scherer, fazendo despontar as principais lideranças políticas do município nas décadas seguintes. Entre elas, estavam seus filhos e seus colaboradores mais diretos. Desse modo, elegeram-se vice-prefeito e vereadores: Gleno Scherer, Rogério Scherer e Almedo Dettenborn (este último considerado “cria política” de Alfredo Scherer). Os três, e mais um outro filho de Alfredo Scherer, Glauco Scherer, colecionaram vitórias nos pleitos municipais através do PMDB até 1996, ano da divisão da facção. A explicitação do desencadeamento da sucessão pode ser observada em relato do próprio Alfredo Scherer, quando explica a escolha de Gleno Scherer para compor a chapa à prefeitura de Venâncio Aires, reproduzido abaixo:

Levei meu filho pensando justamente em deixá-lo no meu lugar, uma vez que devido à minha idade, pode ocorrer algum problema de saúde e então, meu vice ficaria em meu lugar. Ele não quis aceitar, achando que não somaria votos pra mim, opinava dizendo que deveria levar um vice que desse mais garantia de votos. Minha concepção é que vice não soma coisa nenhuma se

o candidato a prefeito não agrada. O vice não dá a vitória de um prefeito, ao menos nas minhas quatro candidaturas não influíram muito. (Entrevista com Alfredo Scherer *apud*, Diettrich, 1980, p. 42).

Alfredo Scherer e Gleno Scherer venceram as eleições pelo MDB. O “advogado com especialização em Direito Agrário” e “professor universitário” Rogério Scherer, e o “bacharel em filosofia”, “técnico em contabilidade”, “administrador escolar” e “professor rural”, Almedo Dettenborn, elegeram-se vereadores pela mesma sigla. O primeiro foi escolhido líder do governo na Câmara dos Vereadores e o segundo ocupou uma das principais secretarias municipais, a Secretaria de Educação, Trabalho e Ação Social.

Durante a gestão, houve a maturação da escolha partidária a ser seguida com a reorganização partidária do final da década de setenta. Liderados por Alfredo Scherer, os colaboradores do prefeito optaram “em bloco” pelo PMDB. Esta decisão, que interferiu na força eleitoral do partido no município e “região”, teve raízes nas fidelidades verticais de Alfredo Scherer, notadamente, e do seu filho, Gleno Scherer, cultivadas ainda no período de militância no PTB: “O pai não era da linha do Brizola (...), o Gleno também não era da linha do Brizola. O pai e o Gleno eram da linha do Ferrari e do Heuser, que era a linha mais branda do PTB. Seguimos essa linha do Siegfried Heuser” (Entrevista com Glauco Scherer). Observa-se que as tomadas de posição, além de obedecerem ao espaço local de concorrência política e suas fidelidades/clivagens, são presididas pela atualização de vínculos de lealdades anteriores.

Nas eleições de 1982, ocorreu a primeira sucessão municipal em que a continuidade nos principais postos dos seguidores de Alfredo Scherer foi buscada. Consolidou-se uma empresa política situada no

PMDB, com divisão de papéis e orquestração das atividades e com uma área de abrangência regional. Nesta ocasião, Almedo Dettenborn concorreu a prefeito e Gleno Scherer disputou a vaga de deputado estadual, ambos apoiados pelo então prefeito de Venâncio Aires, Alfredo Scherer, e pelo presidente do PMDB e coordenador da campanha, Rogério Scherer. A “dobradinha” de Gleno Scherer no município foi com Segfried Heuser (principal liderança do PMDB da “região” e com a qual a “família” colaborava desde a década de cinqüenta). Este último se elegeu, enquanto o primeiro conseguiu apenas a terceira suplência como deputado estadual, assumindo durante a segunda metade da legislatura. Em 1986, Gleno Scherer concorreu à reeleição, contando com o apoio do então Prefeito, Almedo Dettenborn. As fidelidades derivadas do seu trabalho como deputado estadual possibilitaram a expansão da sua votação em Venâncio Aires e outros municípios.

Em 1988, Almedo Dettenborn (ainda prefeito) e Gleno Scherer (na ocasião, deputado estadual, presidente da Assembléia Legislativa e grande aliado do então governador Pedro Simon) lançaram Glauco Scherer (chefe de gabinete de Gleno Scherer) à prefeitura, levando a facção política à terceira administração consecutiva do PMDB. Glauco havia residido em Porto Alegre e ocupado cargos que, segundo ele, o faziam um “verdadeiro embaixador de Venâncio Aires”. Mas toda a justificativa da sua candidatura recaía sobre o “nome da família”:

Não foi decisão. Foi imposição do partido. Porque não tinha ninguém pra ganhar a eleição. Tinha que ser o Gleno. O Simon não liberou ele, disse que precisava dele. Ele era deputado estadual e presidente da Assembléia Legislativa naquela época. E o único Scherer que tava disponível era eu (entrevista com Glauco Scherer).

Em 1990, Gleno Scherer concorreu ao terceiro mandato como deputado estadual. Foi reconduzido à Assembléia Legislativa e, dois anos depois (1992), Almedo Dettenborn elegeu-se pela segunda vez prefeito de Venâncio Aires, apoiado pelos “irmãos Scherer”. A mesma facção chegou pela quinta vez consecutiva e de forma relativamente coesa à prefeitura. A última demonstração de unidade foi dada em 1994, ano em que Gleno Scherer alcançou seu quarto e último mandato de deputado estadual. Neste período de simultaneidade de postos ocupados entre os dois principais sucessores da liderança de Alfredo Scherer, esboçam-se as rupturas que marcaram as disputas municipais a partir de 1996.

Deste modo, o itinerário político de Gleno Scherer coincidiu com o estabelecimento de uma empresa política que acionava o patrimônio político de Alfredo Scherer, centralizava suas ações pela sua notoriedade local e especializava-se nas funções de mediação política. O perfil mais escolarizado e urbano de Gleno Scherer contribuía para o exercício de funções políticas mais codificadas e centrais, como a atuação em mandatos parlamentares. Considerado um “bom orador”, “competente legislador” e um deputado com reputação no meio político, ele contava com trunfos não disponíveis ao seu pai e indispensáveis para as atribuições do cargo. Além disso, por meio dos mandatos, Gleno Scherer conseguiu ampliar espacial e socialmente as bases de interconexões políticas e pessoais ligadas ao grupo familiar. O instrumento do atendimento aos pleitos regionais e municipais através de cadeia de líderes-seguidores auxiliava na expansão da sua área de influência eleitoral. Seu trânsito entre os pares e sua aliança vertical “para cima” com Pedro Simon levaram-no à presidência da Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado. Sua projeção estadual fortalecia a liderança da facção

política no plano local. E as repetidas vitórias locais do PMDB fortaleciam-no no estado, credenciando-o às posições de destaque que ocupou.

Se no período de transmissão e de gestão compartilhada do patrimônio político familiar Gleno Scherer foi o protagonista, a partir do dissenso ocorrido na facção política e da bifurcação Glauco Scherer passou a ser o personagem familiar nas disputas políticas. Glauco Scherer havia sido prefeito entre 1989 e 1992, substituindo Almedo Dettenborn (1983-1988) e sendo depois substituído por ele (1993-1996).

Embora com ingresso tardio nas competições políticas, Glauco Scherer nunca esteve afastado das disputas e dos círculos políticos. Trabalhou na Secretaria da Fazenda quando era secretário o ex-deputado “ligado à família”, Siegfried Heuser. Foi assessor na Assembléia Legislativa da bancada do MDB e chefe de gabinete de Gleno Scherer, já no PMDB. Elegeu-se prefeito em 1988 pelo PMDB, quando a facção política se encontrava no auge do acúmulo de prestígio político (Gleno era presidente da Assembléia Legislativa e os políticos do PMDB local colecionavam vitórias e administrações aprovadas que faziam os sucessores). Foi também presidente municipal do PMDB. O único dos filhos de Alfredo a não cursar universidade, Glauco possuía o curso técnico de contabilidade e caracterizou-se, como o pai, por ser um político cujos trunfos se fundamentaram na “competência administrativa”, na “capacidade de trabalho” e em valores morais como “honestidade” e “seriedade”, entre outros. Por conseguinte, essa imagem e a vinculação com o pai (em termos de parentesco, de redes de relações locais e de modos de fazer política) se constituíram em recursos agilizados na empreitada de reconquistar o predomínio político local e competir com os antigos aliados situados no PMDB. Ao chegar novamente ao posto de prefeito pelo PTB em 2000, coroou um

processo de disputa municipal iniciado em 1995 e pontuado por vários embates. Se a sua primeira eleição para a prefeitura já fora computada como uma “prova” da eficácia eleitoral do “nome Scherer”, a sua segunda eleição foi encarada como um “teste” deste recurso.

A competição local adquiria contornos de “re-vanche” e de reivindicação de representar um “passado comum”¹². As alianças horizontais que davam unidade à facção política e as alianças verticais com o ego e referência histórica (Alfredo Scherer) deixaram de existir, interrompendo o circuito de trocas que alimentara o potencial eleitoral de todos. Cada uma das facções formadas procurava estabelecer o seu elo com o passado, utilizando as siglas (PTB e PMDB), o parentesco e a proximidade com Alfredo Scherer e a demonstração de lealdade a seu “legado”. Almedo Dettenborn (PMDB) e Glauco Scherer (PTB) enfrentaram-se ainda em 2004 e 2008. O primeiro se elegeu em 2004 e os dois foram derrotados em 2008, por Airton Artus do PDT (irmão de Celso Artus, outra “cria política” de Alfredo Scherer).

Este processo de concorrência teria sido desencadeado pelas desavenças entre o então deputado Gleno Scherer e o então prefeito Almedo Dettenborn e agravados na convenção para escolha dos candidatos a prefeito em 1996, quando Glauco Scherer foi derrotado. Como represália, os membros da “família” retiraram-se do PMDB e se filiaram, juntamente com alguns seguidores, ao Partido Trabalhista Brasileiro. A opção pelo PTB se sustentava na origem da liderança da “família”: “acabamos optando por um novo partido político, partido político que o meu avô havia iniciado a sua vida política” (Entrevista com Alfredo Scherer Neto). Por este partido, lançam Alfredo Scherer Neto para deputado estadual, em 1998, que disputou os votos locais com Almedo Dettenborn, candidato pelo

PMDB e apoiado pelo então prefeito Celso Artus. E finalmente, em 2000, acontece o confronto da “família” com o seu antigo partido, o PMDB, por meio da disputa entre Glauco Scherer, pelo PTB, e Almedo Dettenborn, pelo PMDB, à prefeitura de Venâncio Aires.

Assim, a longa duração da influência política da facção local liderada por Alfredo Scherer e suas ramificações em várias lideranças ou sub-líderes com redes próprias, levaram à divisão da própria facção e a disputa pela “herança política”. O desmembramento em duas facções reduziu a abrangência da influência eleitoral de todos ao plano municipal. A rivalidade entre os antigos aliados se apoiaria na ativação da memória política do seu ego original (Alfredo Scherer). Os códigos utilizados são a “família” e a construção de uma herança política que se concentra atualmente sobre a liderança de um de seus filhos (Glauco), cujos atributos mais se aproximam daqueles presentes no pai. Por sua vez, o “outro lado” reivindica a continuidade do “legado” através do partido e da fidelidade demonstrada como colaboradores ou seguidores próximos e leais à antiga liderança. A política local passa a ter como objeto de disputa primordial a apropriação e a interpretação deste “passado comum”¹³.

Observa-se como estão imbricadas a afirmação local e as alianças verticais nestas opções partidárias e como ambas interagem com o fortalecimento das siglas que reclamam a continuidade com o trabalho. A “família Scherer”, originalmente ligada ao PTB e principalmente ao deputado Sigfried Heuser, se afirmou localmente auxiliada por estes vínculos. Tal alinhamento definiu sua opção pelo MDB e principalmente pelo PMDB, consolidando-se com a aproximação com Pedro Simon (cunhado e grande aliado de Sigfried Heuser). Com a cisão local e a perda do controle partidário, optaram pelo PTB, organizado por

“Famílias”, ascensão social e alinhamentos partidários...

Sérgio Zambiasi (ex-deputado estadual e senador). Nesta sigla buscaram o fortalecimento da ligação com o passado (sobretudo com aquele que inaugurou a inserção política da “família”, Alfredo Scherer) e contribuíram (ao lado de outras “famílias” que fizeram o mesmo movimento) para conferir legitimidade ao uso da legenda histórica nos últimos anos.

Os Nedel

Outro grupo familiar marcado pela ascensão como comerciantes e pela afirmação política daí decorrente é a “família” à qual pertence o ex-deputado federal pelo PMDB Ruy Nedel. Ao longo de segunda metade do século XX, os políticos desta “família” acumularam cargos, sobretudo locais, e se diferenciaram pela divisão dos membros com atuação política em diferentes siglas (e pólos ideológicos) e pela disputa que travaram, principalmente em um dos “ramos” que contou com a competição local entre irmãos.

Descendentes de imigrantes alemães, os Nedel se instalaram no início do século XX no noroeste do Rio Grande do Sul, na “região” em que hoje se situa o município de São Luiz Gonzaga. Por meio da atividade comercial conquistaram importante liderança, o que possibilitou a ocupação de cargos eletivos por uma série de indivíduos. Dois “troncos” adquiriram destaque político. O primeiro consiste nos descendentes de José Nedel Sobrinho e o segundo nos descendentes de Mathias Nedel. Os filhos de José Nedel Sobrinho se tornaram prósperos comerciantes e um deles proprietário de um cartório. Um dos filhos de Mathias Nedel foi agricultor e comerciante, todos na “região” onde hoje se situa o município de Cerro Largo (antigo distrito de São Luiz Gonzaga).

Na primeira geração de políticos descendentes de José Nedel Sobrinho se destacaram Reinaldo

Nedel (vereador de São Luiz Gonzaga) e Jacob Nedel (“desbravador” de Crissiumal e candidato a prefeito), sendo ambos comerciantes. Na primeira geração de políticos descendentes de Mathias Nedel se destacou Silvino Nedel (candidato a deputado estadual em 1978), que profissionalmente atuou como agente fiscal da exatoria estadual. Nas últimas décadas, os sobrinhos de Reinaldo e Jacob Nedel e o filho de Silvino Nedel percorreram carreiras políticas exitosas no Rio Grande do Sul. São eles: Roque Nedel, Ruy Nedel, René Nedel, Renato Nedel (netos de José Nedel Sobrinho) e João Carlos Nedel (neto de Mathias Nedel). São abordados aqui os itinerários dos quatro primeiros que rivalizaram politicamente na “região de origem política” da “família”.

Roque, Ruy, René e Renato Nedel são filhos de José Aluísio Nedel, um dos principais comerciantes locais, casado com a filha de um importante comerciante: “dono de um açougue, de uma bailanta e de um clube” (entrevista com Ruy Nedel), também de origem alemã. José Aluísio Nedel adquiriu liderança e destaque comercial se notabilizando, inclusive, em relação aos “irmãos políticos”:

O pai era o melhor comerciante (...) ele tinha liderança em São Luiz Gonzaga, ele era o agente do Banco Nacional do Comércio ali, hoje Salvador das Missões. Ele cobrava e pagava as duplicatas, fazia o que hoje um banco faz, ali no interior de Cerro Largo, nem o Banco Nacional do Comércio estava em Cerro Largo. (...) mas os irmãos do meu pai foram mais políticos do que ele, porque ele dizia: ‘eu sou comerciante, eu quero crescer’ e cresceu muito. (Entrevista com Roque Nedel).

O comerciante tinha liderança. Entre os Nedel, os homens foram quase todos do

setor do comércio e tinham liderança (...). Porque eles preservavam. Tinham um trabalho comunitário. (...) as estradas quem fazia eram os próprios colonos (...) não era o estado que fazia. Não era o estado que fazia a escola (...) e os comerciantes tinham uma liderança neste trabalho comunitário. O pai tinha uma grande liderança nesse período. Na região, queimava uma casa o pai dava todo o material necessário (...) ou então havia uma peste suína (...) o banco era a própria loja do pai (...) e depois iam pagando à medida que pudessem (entrevista com Ruy Nedel).

Este misto de “empreendedor” e “líder comunitário”, somado ao catolicismo cultivado no meio familiar, garantiu a conquista e a manutenção de lealdades dos “colonos”, constituindo ainda prestígio e alinhamento político com líderes estaduais. Porém, a versão dada pelos diferentes irmãos diverge quanto à identificação partidária ou política do pai e são congruentes com as posições e itinerários dos próprios políticos e membros da “família”. Para um deles (que foi filiado ao PSD e à ARENA e hoje é filiado ao PP), “nós éramos do PSD, o meu pai era getulista (...), o meu pai e os irmãos dele, todos permaneceram no PSD junto com um amigo dele que era irmão do Getúlio” (entrevista com Roque Nedel). Já para o outro (identificado com o PTB, depois com o MDB e com o PMDB, finalmente com o PSDB), “o pai era Getúlio e Alberto Pasqualini, sempre pelo lado do social (...). Veja uma coisa, quando o pai morreu, eu cheguei em casa e tava nada menos que o irmão do Getúlio Vargas e o João Goulart em casa” (entrevista com Ruy Nedel).

Tal discordância aponta para a disputa política entre os irmãos que se reflete na concorrência pelo uso e interpretação da “memória política familiar” e demonstra a convergência quanto à notoriedade do

ascendente e suas ligações com políticos de relevo no cenário estadual.

Para compreender a rivalidade entre os irmãos, bem como os usos do patrimônio familiar, é necessário reconstituir as condições de transmissão do mesmo no interior da “família” e os itinerários individuais. José Aluísio Nedel teve nove filhos, entre eles sete homens, e faleceu precocemente, aos 45 anos. Neste momento, os dois filhos mais velhos assumiram o empreendimento comercial e administraram o capital de relações sociais geridos a partir desta posição social. O terceiro filho (Roque Nedel), também comerciante, casou com a filha de um dos principais comerciantes da “região” e líder político (ligado ao PSD). Os demais (ainda adolescentes no momento da morte do pai) tiveram os esforços familiares canalizados para a escolarização em grandes centros e para a conquista de cursos superiores. Desta divisão originou-se a cisão política.

A partir da aliança matrimonial, Roque Nedel se situou em uma das facções locais e conseguiu incorporar seus irmãos mais velhos ao seu posicionamento político e à sua liderança local. Ruy Nedel (o quarto filho na ordem de idade), por sua vez, trilhou um percurso que envolveu movimento estudantil, uso do título de médico, habilidades como escritor e liderança regional, mas situou-se na outra polaridade do espectro político e conquistou a adesão de dois dos seus irmãos mais jovens, René Nedel e Renato Nedel. A morte prematura do pai, as diferentes estratégias acionadas para gerir a herança e as afinidades e adesões construídas no interior da “família” acabaram por constituir duas facções locais centralizadas por dois irmãos: Roque Nedel e Ruy Nedel.

Roque Nedel se tornou comerciante, como o pai, o avô materno e os irmãos mais velhos: “Então nós temos dentro de nós, da família Nedel, a índole

comercial e política” (entrevista com Roque Nedel) e casou com a filha de um importante comerciante. A “família” do seu sogro conquistou notoriedade como “empreendedores comerciais” e “líderes políticos”, como afirma o próprio político ao falar dos ascendentes da esposa: “ele era filho primogênito do desbravador da comunidade e o colonizador de Roque Gonzáles (...) que foi vice-prefeito de São Luiz Gonzaga (...). O filho dele, o Arlindo, meu sogro, se elegeu três vezes vereador em São Luiz Gonzaga, se elegeu duas vezes vereador em Cerro Largo, foi da comissão que iniciou o município...” (entrevista com Roque Nedel). Assim, seu sogro, era pertencente a uma “família” de mediadores locais. Após ser o representante do distrito como vereador, se tornou o segundo prefeito da história de Cerro Largo, em 1959, pelo PSD. Nesta mesma eleição, Roque Nedel chegou pela primeira vez à vereança (com 24 anos) e teve como companheiros de bancada do PSD seu cunhado (irmão da esposa) e seu primo Bruno Nedel (filho do dono do cartório que veio a herdá-lo posteriormente). Seus dois irmãos mais velhos e sua mãe participaram ativamente da sua campanha.

Sua participação na Câmara dos Vereadores e a reputação do sogro – como empreendedor, líder comunitário ligado ao catolicismo e prefeito – auxiliaram na afirmação da sua liderança local. Todos eram vinculados aos deputados federais da “região”, Tarso Dutra e ao seu cunhado, o também deputado Clóvis Pestana. Roque Nedel se reelegeu em duas oportunidades vereador (1963 e 1968), ocupando a presidência da Câmara de Vereadores. Concorreu a prefeito em 1972 (sendo derrotado) e novamente a prefeito em 1976 (vencendo as eleições). Cultivou uma aliança com Hugo Mardini, deputado estadual pela ARENA e adversário, no movimento estudantil, do seu irmão, Ruy Nedel.

A campanha de 1976 marcou a cisão familiar. Ruy Nedel se estabeleceu como médico em Cerro Largo no início da década de setenta e se tornou a principal liderança local do MDB, apoiando os candidatos da sigla em toda a “região”, inclusive em Cerro Largo, onde seu irmão concorria pela ARENA. Os irmãos identificam a origem da divergência na adolescência, quando Roque Nedel se aproximou da facção política liderada pelo futuro sogro, e Ruy Nedel morava fora da cidade, estudando em Seminário e depois na Faculdade de Medicina da UFRGS, passando a simpatizar com a Juventude Universitária Católica (JUC) e, posteriormente, com o trabalhismo.

Ruy Nedel, por sua vez, participou do “Movimento da Legalidade” liderado pelo governador Leonel Brizola (PTB) no início da década de 1960, e apoiou algumas chapas vinculadas à Ação Popular (AP) para o diretório acadêmico do curso de medicina e para a União Estadual dos Estudantes. Porém, só veio a ter uma participação eleitoral mais efetiva na década de setenta, quando retornou – depois de trabalhar como Servidor Público, Seventuário da Justiça do Trabalho e professor da Faculdade de Medicina da UFRGS – para a sua “região de origem”, como médico em Roque Gonzáles. Na campanha de 1972, se manteve “neutro” (segundo a expressão usada por ele em entrevista) e logo após o pleito passou a militar no MDB. Em 1974, apoiou a candidatura de Porfírio Peixoto, uma das principais lideranças do MDB da “região”, à deputação estadual.

Sua liderança se alicerçou na reputação adquirida como médico, na “capacidade oratória” e nas alianças verticais (para cima e para baixo) com quadro do MDB.

Eu sabia fazer anestesia e não tinha anestesista lá. Vinha gente de duzentos, trezentos quilômetros pra se operar com Ruy Nedel

(...). E eu tava com uma certa fama (...). Eu era bom de oratória, a micro-região gostava mais de ter o Dr. Ruy falando do que um deputado. Então eu apoiava os candidatos do MDB a prefeito e a deputado na micro-região. Então, em 1976, eu estava comprometido no comício de encerramento de seis municípios. Eu fazia o giro na região e não era nem vereador, nem nada (entrevista com Ruy Nedel).

Neste quadro de ascensão política, apoiou a candidatura do MDB em 1976, em detrimento da candidatura do seu irmão (vitoriosa). Em 1978, “emprestou seu prestígio” às candidaturas do MDB da “região” – de Porfírio Peixoto a deputado estadual e Valdir Walter a deputado federal – bem como se engajou na campanha de Pedro Simon ao senado. Acompanhou estas lideranças no final da década de setenta, quando optaram pelo PMDB na rearticulação partidária. Por este partido, Ruy Nedel concorreu a deputado federal em 1982, somando 31.997 votos (ficando na quinta suplência da bancada). Na articulação da candidatura “estruturou” uma série de candidaturas a prefeito vinculadas a ele: “Onde eu estruturei esse negócio nós ganhávamos todas. (...) Eu sei dizer que nós fizemos oito prefeitos na região” (entrevista com Ruy Nedel). Dedicou “atenção especial” a Cerro Largo e Roque Gonzáles. Em Cerro Largo, segundo ele: “Eu disse pro meu compadre, o Elemar Kuhn... eu exigi que ele fosse candidato. Eu disse: ‘Elemar, tu tem 24 horas pra puxar teu título pra cá e 48 horas pra dizer que é candidato a prefeito. Depois, o resto tu deixa comigo’. Aí o Elemar Kuhn foi prefeito. Mandato de seis anos, meu compadre” (entrevista com Ruy Nedel). Em Roque Gonzáles, por sua vez, apoiou a candidatura do seu irmão Renato Nedel, que se elegeu prefeito pela primeira vez nesse pleito. Além disso, fez uma “dobradinha” com o ex-prefeito de São Luiz Gonzaga, Jauri de Oliveira (que foi filiado ao MDB, PMDB e PSB).

Em 1985, com a chegada do PMDB à presidência da República, foi convidado a ocupar a Superintendência do INAMPS, quando adquiriu maior projeção estadual. Em 1986, concorreu novamente a deputado federal e alcançou 30.936 votos, obtendo uma cadeira na Câmara Federal. A liderança regional teve reflexos nas eleições municipais de Cerro Largo. Como deputado federal, lançou a candidatura do seu irmão, René Nedel, à prefeitura de Cerro Largo, em 1988, sucedendo seu “compadre Elemar Kuhn”. Nessa eleição, René Nedel conquistou seu primeiro mandato (aos 46 anos) como prefeito de Cerro Largo (pelo PMDB), derrotando seu outro irmão, Roque Nedel (candidato pelo PDS).

Ruy Nedel foi vice-líder do PMDB na Câmara Federal e se filiou ao PSDB no final da década de oitenta. Por este partido concorreu mais duas vezes à deputação federal, sem sucesso, e, segundo o seu depoimento “sem grande esforço” para obter êxito, já que fora preterido no seu intuito em concorrer à vice-governança em 1990. Dedicou-se também à literatura, escrevendo cinco livros (até o momento da entrevista) que denomina de “romances históricos” e que julga serem “mais úteis politicamente que muitos mandatos” (entrevista com Ruy Nedel). Entre eles, podem ser grifadas as obras “Te arranca, Alemão Batata” e “Poder e Indecência”. A primeira mistura romance e biografia familiar. Divide-se em duas partes que tratam, respectivamente, da imigração alemã e do caráter empreendedor do seu pai na “região”, parte que recebe o título de “O Pioneiro” (NEDEL, 1986) e cuja publicação coincide com a sua candidatura vitoriosa em 1986. A segunda faz parte do seu desligamento do PSDB e das competições eleitorais e visa uma crítica ao governo de Fernando Henrique Cardoso (NEDEL, 1997)¹⁴.

Apesar do declarado afastamento da política eleitoral participou das campanhas dos seus dois irmãos, cujos itinerários foram por ele influenciados: René Nedel e Renato Nedel.

O primeiro que é advogado formado pela Universidade Regional Integrada (URI) e técnico contábil, se elegeu, depois de 1988 (quando conquistou o mandato pela primeira vez e contou, na gestão, com o auxílio decisivo do trabalho do irmão no Congresso Nacional, como “embaixador da região”, como afirmou em entrevista), mais duas vezes prefeito de Cerro Largo, pelo PMDB, em 1996 (quando derrotou mais uma vez seu irmão Roque Nedel), e em 2000. Para tanto, contou com o prestígio e o auxílio do irmão, com a rede de clientes do seu escritório jurídico-contábil, com as fidelidades conquistadas com os sucessivos mandatos e com o capital de relações e as amizades que acumulou no plano municipal.

O segundo, professor, se elegeu novamente, depois de ocupar a prefeitura entre 1983 e 1988, prefeito de Roque Gonzáles pelo PSB (partido ao qual se filiou pela vinculação estabelecida com Jauri de Oliveira) em 1996 e concorreu à reeleição em 2000, sem sucesso.

A ascensão de Ruy Nedel como uma liderança regional e a afirmação dos seus dois irmãos mais moços como líderes locais incidiram na perda de influência e do potencial eleitoral de Roque Nedel. Após a sua gestão na prefeitura entre 1977 e 1982, não conseguiu eleger o seu sucessor (derrotado pelo “compadre” de Ruy Nedel) e foi duas vezes derrotado por René Nedel (irmão). Sua liderança se reduziu ao distrito de origem da “família” da sua esposa, onde seu sogro se notabilizou como líder distrital, no qual se concentram os empreendimentos comerciais da “família” e que veio a se emancipar, transformando-se no município de São Pedro do Butiá. O filho de Roque Nedel,

Ricardo Nedel, foi o primeiro prefeito da localidade em 1992, e, em 2000, o próprio Roque Nedel foi candidato a prefeito, sendo derrotado.

Considerações finais

Os resultados apresentados ao longo do texto sinalizam para a complexidade das interdependências que se estabelecem entre vínculos primordiais como o parentesco e identificações partidárias construídas e ativadas por membros de “famílias de políticos”. Observa-se como o ingresso de novos segmentos sociais no espaço político (no caso, descendentes de imigrantes) com novos recursos e estratégias de consagração de agentes e grupos familiares alimentam um conjunto de sociodiceias, no sentido dado por Bourdieu (1994), isto é, de justificação das relações de dominação e dos seus fundamentos ou bases sociais. Do mesmo modo, legitimam os mecanismos de transmissão familiar na política. Com efeito, as transformações na estrutura social não implicam direta ou necessariamente em desaparecimento ou diminuição da fabricação das chamadas “linhagens” ou “dinastias” de políticos. Tampouco, como procuramos demonstrar, se pode afirmar que a persistência e a relevância do que se costuma chamar de “heranças políticas” sejam sinônimos de fragilidade das referências partidárias e até mesmo ideológicas.

O conjunto de dados sobre alinhamentos, coesões, divisões e deslocamentos entre siglas evidencia que as etiquetas partidárias constituem instrumentos privilegiados nas narrativas que visam fixar a coerência nos trajetos individuais e coletivos e, acima de tudo, inscrever as “famílias” na história de “localidades”, “regiões” e do próprio estado. Sem deixar de mencionar, como atestam os casos das “famílias” Scherer e Nedel, que as dinâmicas de reprodução dos

grupos familiares obedecem ainda às configurações de concorrências, alianças, rivalidades, aproximações e afastamentos com outros agentes. O que incide em condicionantes mais ou menos favoráveis à fusão ou à fissão, ao lado de outros elementos como a composição do patrimônio a ser transmitido, o momento em que se processa a transmissão e a série de estratégias matrimoniais, escolares, econômicas e profissionais que pode unir ou distanciar os “herdeiros” ou “sucessores”, traduzindo-se, inclusive, em opções partidárias discrepantes.

Notas

- 1 Para mais detalhes, ver Grill (2003)
- 2 Para uma análise dos critérios de celebração, as simbologias e as mitologias ativas, que marcam a congruência entre uma estrutura de dominação social e um tipo de heroísmo militar, social e político próprio ao “mundo da estância, e aqueles que enaltecem os novos mediadores e os novos princípios e critérios de hierarquização social associados ao pertencimento étnico e religioso nas chamadas “colônias”, ver Coradini (1998).
- 3 Uma agenda de estudos sobre “heranças políticas” pode ser encontrada no texto de Patriat (1992) que abre uma coletânea com trabalhos sobre o tema.
- 4 Saint-Martin (1993) identificou a importância conferida ao nome e às estratégias, por descendentes da nobreza francesa, favorecendo a renovação da crença na existência de uma diferença essencial. Pinçon e Pinçon-Charlot (1990) demonstraram como as famílias burguesas se apropriaram desse modelo aristocrático produzindo publicações de consagração das famílias e dos seus nomes com sucesso econômico visando a aquisição de um certificado de excelência social que somente a posição social de origem não garantia. Em ambos os casos o nome permite a inscrição das famílias na memória local e as vinculam a territórios. Estes últimos fatores também são destacados por autores que estudam linhagens políticas como Phelippeau (2002), Offerlé (1995), Bleton-Rugé (1992), Pourcher (1992), Le Bart (1992), Laurent (1992), Briquet (1992, 1997), Garraud (1992), Dourandeu (1992), Abélès (1992) e Canêdo (2011).
- 5 Dois trabalhos efetuados sobre contextos diversos de luta política no Brasil (disputas políticas em municípios do interior do Ceará e de Minas Gerais) que igualmente seguem essas trilhas podem ser consultados em Barreira (2006) e Canêdo (2005).
- 6 Para um tratamento mais detalhado deste padrão, ver Reis (2007)
- 7 A política gaúcha é descrita como marcada por uma “secular bipolarização”. A formação do Partido Trabalhista Brasileiro, sua inserção popular e o potencial de mobilização do discurso situado “à esquerda” do espectro ideológico e mais distante do “padrão populista”, encontrado nos outros estados, são fatores sublinhados como definidores de uma bipolaridade (PTB-anti PTB), na qual o outro pólo é composto pelo Partido Social Democrático, o Partido Democrata Cristão, o Partido Libertador. Durante o regime militar, esta rivalidade se acomodaria sob as siglas em conflito: MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e Arena (Aliança Renovadora Nacional). A migração “em bloco” dos quadros do PTB para o MDB teria promovido uma maior coesão e identidade do partido de oposição gaúcho em relação às experiências dos demais estados, ficando para as forças contrárias, a opção de aglutinar-se no “partido do governo” (TRINDADE e NOLL, 1991). O que se traduziu, com a redemocratização, na pulverização dos quadros oriundos do MDB e vinculados a “famílias” ou lideranças trabalhistas em siglas como PDT, PMDB, PTB e PT e os ligados à Arena no PDS (depois PPB e PP) ou no PFL (depois DEM).
- 8 Para mais detalhes, ver Grill (2003).
- 9 As “famílias de trabalhistas” no interior desta *genealogia simbólica* mereceram tratamento à parte. Ver Grill (2003).
- 10 Sobre a disputa entre os cunhados Heuser e Simon (PTB-MDB-PMDB) e João Goulart e Leonel Brizola (PTB-PDT) pelo espólio trabalhista, ver Grill (2003).
- 11 O termo facção é utilizado neste artigo no sentido dado por Landé (1977), Boissevain (1977) e Mayer (1977), isto é, como coalizões políticas rivais, instáveis, temporárias, fundadas em laços interpessoais e em lideranças personalísticas e cujos seguidores são recrutados com base em retribuições materiais e em códigos morais.
- 12 Outro processo de ruptura em uma facção, igualmente alimentada pela questão da honra, transformando sentimentos e ressentimentos em retóricas da denúncia, assim como acionando a memória e a continuidade como ingredientes da herança convertida em capital simbólico, pode ser consultado em Barreira (2006).
- 13 Canêdo (2005, p. 485-486) já alertara para o fato de que “diferentemente do que ocorre com os herdeiros de um capital econômico, a transmissão do capital político não está limitada aos herdeiros legítimos ou testamentários; em uma família de políticos, não só os membros dessa família, mas o conjunto da parentela (...) herda os bens simbólicos do defunto. (...) pelo fato de pertencer à família (de sangue ou metaforicamente) ”.
- 14 Para uma análise dos usos da produção escrita em carreiras políticas e das combinações possíveis entre profissionalização política e publicação de livros, ver Grill e Reis (2012).

“Famílias”, ascensão social e alinhamentos partidários...

Referências bibliográficas

- ABÉLÈS, M. “La reference familiale”. PATRIAT, C.; PARODI, J. (orgs.) *L'héritité en politique*. Paris: Economica, 1992.
- ABÉLÈS, M. *Jours tranquiles en 89*. Paris: Odile Jacob, 1989.
- BARREIRA, I. “Campanha em família: as veias abertas das disputas eleitorais”. In: PALMEIRA, M.; BARREIRA, C. *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.
- BLETON RUGET, A. “Territoire de famille”. PATRIAT, C.; PARODI, J. (orgs.) *L'héritité en politique*. Paris: Economica, 1992.
- BOISSEVAIN, J. “Factions, parties, and politics in a Maltese Village”. In: SCHMIDT, S.W. et alli. (Eds.). *Friends, Followers and Factions*. A reader in political clientelism. Berkeley: University of California Press, 1977.
- BOURDIEU, P. “Stratégies de reproduction et modes de domination”. *Actes de la recherche en sciences sociales*. V. 105, n. 1, 1994.
- BRIQUET, J. L. “Une histoire de famille”. PATRIAT, C., PARODI, J. (orgs.) *L'héritité en politique*. Paris: Economica, 1992.
- BRIQUET, J. L. *La tradition en mouvement*. Paris: Belin, 1997.
- CANÊDO, L. B. “Um capital político multiplicado no trabalho genealógico”. **Revista Pós Ciências Sociais**. V. 8, n. 15, 2011.
- CANÊDO, L. B. “Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política”. In: CANÊDO, L. B. *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- CORADINI, O. L. “Panteões, iconoclastas e as ciências sociais”. FELIX, L. O.; ELMIR, C. P. (orgs.). *Mitos & heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
- DIETRICH, M. E. Scherer, um político singular no Brasil. São Leopoldo. Monografia de Curso de Especialização em História Contemporânea. Unisinos, 1980.
- DOURANDEU, R. “Se Faire un Nom”. PATRIAT, C.; PARODI, J. (orgs.) *L'héritité en politique*. Paris: Economica, 1992.
- GARRAUD, P. “La ville en heritage”. PATRIAT, C.; PARODI, J. (orgs.) *L'héritité en politique*. Paris: Economica, 1992.
- GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos. “O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita”. **Revista Pós Ciências Sociais**. V. 9, n. 17, 2012.
- GRILL, I. G. “Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão”. **Revista de Sociologia e Política**, V. 30, 2008.
- GRILL, I. G. Parentesco, redes e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- LANDÉ, C. H. “Introduction: the dyadic basis of clientelism”. In: SCHMIDT, S. W. et alli. (eds.). *Friends, followers and factions*. A reader in political clientelism. Berkeley: University of California Press, 1977.
- LAURENT, A. “La magie du nom”. PATRIAT, C.; PARODI, J. (orgs.) *L'héritité en politique*. Paris: Economica, 1992.
- LE BART, C. “L'Heritage dans la competition”. PATRIAT, C.; PARODI, J. (orgs.) *L'héritité en politique*. Paris: Economica, 1992.
- MAYER, A. C. “The significance of quase-group in the study of complex societies”. SCHMIDT, S. W. et alli. (eds.). *Friends, followers and factions*. A reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977.

- NEDEL, R. *Poder e inocência*. Brasília: Editora Paralelo 15, 1997.
- NEDEL, R. *Te arranca Alemão Batata*. Porto Alegre: Tchê, 1986.
- OFFERLÉ, M. “Les Schneider en Politique”. Schneider et alli. *Les Schneider, le creusot. Une famille, une entreprise, une ville*. Paris, 1995.
- PALMEIRA, M. “Política, facção e voto”. In: PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. *Política ambígua*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 2010.
- PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. “Política ambígua”. In: PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. *Política ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2010.
- PATRIAT, C. “Perspectiva Cavalière”. PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) *L’Hérédité en Politique*. Paris: Economica, 1992.
- PHELIPPEAU, E. *L’invention de l’homme politique moderne*. Paris: Belin, 2002.
- PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. “Le nom de la ligné comme garantie de l’excellence sociale”. *Ethnologie Française*, XX (1), 1990.
- POURCHER, Y. “L’enfant du pays”. PATRIAT, C.; PARODI, J. (orgs.) *L’hérédité en politique*. Paris: Economica, 1992.
- REIS, E. T. dos. *Contestação, engajamento e militância: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- SAINT MARTIN, M. *L’espace de la noblesse*. Paris: Metailié, 1993.
- TRINDADE, H. e NOLL, M.I. *Rio Grande do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: ed. da UFRGS e Sulina, 1991.
- WOLF, E. “Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). *Antropologia e poder*. Contribuições de Eric Wolf. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

Rebecido para publicação em junho / 2012. Aceito em julho / 2012